

editorial

editorial

entrevista

interview

artigos submetidos

submitted papers

tapete

carpet

artigo nomads

nomads paper

projeto

project

expediente

credits

próxima vírus

next vírus

V!17

issn 2175-974x | ano 2018 year

semestre 02 semester



abrace o porto:
experiência de colaboração
universidade-comunidade
embrace the port: an experiment
of university-community
collaboration

jovanka scocuglia

Como citar esse texto: SCOCUGLIA, J. B. C. Abrace o Porto: experiência de participação universidade-comunidade. São Carlos, n. 17, 2018. [online]. Acesso: dd/mm/aaaa.

ARTIGO SUBMETIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2018

Jovanka Baracuhy Cavalcanti

Scocuglia é arquiteta, Mestre em Ciências Sociais, Doutora e Pós-doutora em Sociologia Urbana. Professora e Pesquisadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Laboratório LECCUR/UEPB, e membro do INCT - Observatório das Metrópoles. Estuda movimentos sociais e o Estado, habitação popular e de classes médias, cidade contemporânea e urbanismo, história da cidade e patrimônio cultural, cultura contemporânea e urbanidade.

Resumo

Este artigo discute uma experiência de participação e colaboração entre universidade e comunidade, efetuando uma reflexão sobre os processos contemporâneos de construção de conhecimento e a coparticipação comunitária em projetos públicos, bem como sobre o processo de pesquisa via formação de redes de pesquisadores, focando em processos de intervenção pública e ações comunitárias transdisciplinares. Essas ações e as reflexões resultantes são um pensamento crítico sobre a cidade, seus agentes e a prática do urbanismo. Trata-se de um trabalho de extensão universitária da UFPB/Proext/MEC-Sesu, realizada entre 2015 e 2016. O objetivo do trabalho é, no âmbito institucional, ampliar a reflexão sobre as trocas de saberes e as fronteiras ontológico e metodológico. Os métodos e as formas de coparticipação e resistência resultaram da revisão do Projeto da PMJP/PAC Cidades Históricas, no reconhecimento da comunidade ribeirinha e, assim, também na garantia da continuidade da colaboração dos ribeirinhos em ações urbanísticas e ação cultural projetada para a área, conforme determinação constitucional "Desejos" e demais metodologias postas em exercício nesta experiência, bem como os projetos de trabalho conjunto entre comunidade e universidade, asseguraram a aplicação das diretrizes de continuidade das ações e a reelaboração dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, que se deu por meio da Lei de Assistência Técnica Habitacional.

Palavras-Chave: Resistência, Participação, Comunidade, Universidade, Direito à cidade

O presente artigo promove uma reflexão sobre processos contemporâneos de construção coletiva de conhecimento e de participação comunitária em projetos públicos, elaborada a partir de uma experiência prática, fundamentada em abordagens teóricas e ações transdisciplinares, envolvendo atores e comunidades acadêmicos e não acadêmicos. Trata-se de ações colaborativas entre universidade, sociedade e comunidade no desenvolvimento de estratégias insurgentes frente aos processos mercantilistas, autoritários e gentrificadores de planejamento e desenho urbano. Realiza, igualmente, uma reflexão sobre processos e métodos colaborativos de pesquisa e ação via formação de redes de pesquisadores, focando em processos de intervenção urbana, gestão pública e ações comunitárias transdisciplinares em áreas urbanas centrais.

O "Projeto de Revitalização do Porto do Capim", também chamado de "Projeto Novo Porto de Capim", foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – Rio Sanhauá e do PAC – Cidades históricas, com o objetivo de revitalizar a área do antigo atracadouro para o turismo. Para tanto, foi proposta a remoção de uma comunidade tradicional ribeirinha, alterando substancialmente a paisagem cultural urbana e a vida do lugar. O "Proext/MEC-Sesu – Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim em João Pessoa – PB (Proext Abrace o Porto)" foi instituído no âmbito da extensão universitária da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, entre 2015 e 2016, e desenvolvido com a colaboração integral da Comunidade Porto do Capim e de outros movimentos urbanos sensíveis à problemática da requalificação urbana e patrimonial e ao direito à cidade. Beneficiou-se, igualmente, de articulação com o Ministério Público e instâncias diversas dos poderes públicos municipal e estadual, a exemplo das secretarias municipais pertinentes ao tema, órgãos patrimoniais estaduais e representação federal.

O Projeto Abrace o Porto envolveu professores e alunos da UFPB (das diferentes áreas de conhecimento, em especial: Direito, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, História, Artes, Serviço Social, Sociologia), artistas, profissionais liberais e Organizações Não-Governamentais – ONGS. Os métodos e as formas de participação e colaboração ultrapassaram o caráter institucional e acadêmico, ganhando dimensões de efetiva aproximação e inserção dos desejos e necessidades cotidianas da comunidade nas decisões e ações voltadas para a requalificação urbana e arquitetônica na área do Porto do Capim.

O objetivo inicial desse projeto era, sobretudo, a articulação de saberes e a colaboração entre comunidade e universidade com vistas ao questionamento do processo de intervenção urbana, anunciado, em 2015, pela PMJP. Consistia na reunião de subsídios concretos para a elaboração de projetos urbanísticos e arquitetônicos inclusivos, valorizando e apoiando as ações pelo direito à cidade, articuladas entre diversos agentes e voltadas para aspectos não apenas físicos/estruturais da paisagem urbana, mas também para dimensões educativas, culturais e patrimoniais tangíveis e intangíveis. Neste caso, tais ações culminaram no reconhecimento oficial da Comunidade Porto do Capim como tradicional e ribeirinha (efetivada por laudo antropológico solicitado pelo Ministério Público Federal) e na abertura forçada da PMJP ao diálogo com a comunidade, com a universidade, com o ministério público e com os movimentos sociais. As ações visavam a revisão e reelaboração (em curso) do agora nomeado Projeto de Requalificação Urbana do Varadouro e Porto do Capim, bem como a garantia da participação da comunidade nos projetos futuros e na gestão da área do antigo atracadouro onde nasceu a cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba.

Partimos do pressuposto de que é preciso tensionar a noção de participação nos processos e projetos de intervenção e de gestão urbana, diante da banalização contemporânea desta noção repetida em diversos projetos de diferenciadas tendências econômicas, políticas ou urbanísticas. Esse tensionamento é possível, sobretudo, por meio de novas e diversas ferramentas de abordagem da cidade, evidenciando as articulações do campo da arquitetura e do urbanismo com áreas correlatas como antropologia, sociologia, geografia, direito, história e artes, para refletir sobre a importância da ampliação da ação, da colaboração e da participação como fundamentos imprescindíveis aos projetos urbanísticos em áreas públicas na cidade contemporânea. Participar e colaborar, portanto, como duas dimensões intrínsecas importantes a novas concepções de projeto e de ação sobre a cidade contemporânea.

Convém mencionar, ainda, que as questões teóricas, metodológicas e conceituais discutidas neste artigo resultam, igualmente, dos subsídios alcançados em nossas pesquisas, financiadas pelo Projeto CNPq Territórios e Urbanidades: práticas urbanas e políticas culturais no espaço público contemporâneo, realizadas desde 2011, quando trouxemos à tona a atualidade do estado da arte do urbanismo, identificando as práticas insurgentes que se contrapõem às intervenções urbanísticas autoritárias. Parte-se do questionamento sobre a própria possibilidade e as formas de "uso/apropriação/profanação/participação" na atual fase dita extrema do capitalismo e denominada "espetáculo" (DEBORD, 1997 [1969]). Para Agamben (2009, p. 107), "se, conforme foi sugerido, denominamos a fase extrema do capitalismo que estamos vivendo como espetáculo, na qual todas as coisas são exibidas na sua separação de si mesmas então espetáculo e consumo são as duas faces de uma única impossibilidade de usar".

No Brasil, esses problemas estão associados, ainda, à formação do espaço urbano marcada pelo patrimonialismo e fisiologismo de grupos dominantes, e a um longo caminho a ser percorrido com relação aos direitos sociais e à cidadania (CARVALHO, 2003; LEITÃO, 2009), resultando na constituição de cidades excludentes, nas quais os trabalhadores de baixa renda não têm acesso garantido à moradia, nem a serviços e equipamentos públicos de qualidade.

Na sequência, apresentaremos o contexto socioespacial e cultural da Comunidade e do Porto do Capim no Centro Histórico de João Pessoa, e as proposições, antigas e novas intervenções urbanas na área, para, em seguida, discutirmos as ações pactuadas entre universidade, comunidade e sociedade, resistindo à gentrificação do Porto do Capim e adjacências.

A formação e urbanização da área do Porto do Capim inserem-se na própria história de João Pessoa. A cidade foi fundada em 1585, no período de união das Coroas Ibéricas, às margens do Rio Parahyba/afluente Sanhauá, quando dois núcleos urbanos principais se formaram: a Cidade Baixa, caracterizada pelo cais do porto e por atividades de comércio e serviços, e a Cidade Alta, com a predominância de uso residencial e a presença de conjuntos religiosos.

Em 1920, o então presidente da República Epitácio Pessoa aprovou o projeto de construção do "Porto Internacional do Varadouro", que seria construído exatamente na área foco dos conflitos recentes. O porto ficou conhecido como Porto do Capim. Devido à engenharia e à própria natureza do Rio Parahyba, o porto teve inviabilizada a capacidade de atracarem navios de grande porte, o que prejudicou o exercício das funções de escoamento de produção e, por consequência, o desenvolvimento do projeto para o porto. Assim, na década de 1940, o Porto do Capim foi desativado e o escoamento da produção local passou a ser feito pelo Porto de Cabedelo, cidade vizinha (na época um distrito de João Pessoa), e pela ferrovia construída nas proximidades para o mesmo fim (SCOCUGLIA, 2004a; GONÇALVES, 2014).

Resultante das dinâmicas de urbanização e desenvolvimento econômico da cidade de João Pessoa, houve um gradativo esvaziamento do centro como lugar de moradia pelas camadas médias e elite local, intensificado a partir da década de 1950. Concomitantemente, a desativação do Porto no Centro da cidade provocou, entre 1940 e 1970, a ocupação do espaço por uma população oriunda de camadas pobres, principalmente famílias de trabalhadores do antigo porto, que ali desenvolveram um núcleo residencial.

Este processo de mobilidade socioespacial, com impactos na substituição de população, acentuou a vocação do Centro para abrigar trabalhadores diversos, como comerciários, ambulantes, lavradores, pescadores, mecânicos de automóveis, prostitutas, flanelinhas, entre outros. O Porto do Capim, especificamente, abrigou essa diversidade, mas, em especial, os pescadores e uma comunidade estuarina que se consolidou com costumes e modos de organização socioespacial peculiares. Hoje, configura-se como área residencial, com um pequeno comércio local, escola pública, igrejas e a associação de moradores.

Muitos dos antigos moradores continuam, segundo Gonçalves (2014), a exercer as atividades econômicas ligadas à pesca como complemento para o sustento familiar, e, desse modo, um pescador pode ser, ao mesmo tempo, vendedor ambulante. É comum, no caso dos ribeirinhos urbanos, que essas ocupações profissionais e os "bicos" temporários se sobreponham. Há também moradores que exercem outras profissões, sendo a localização de suas casas é fundamental para a movimentação, deslocamento e continuidade de suas atividades e relações cotidianas.

Na Figura 1, a seguir, pode-se verificar a localização da Comunidade Porto do Capim, às margens do Rio Sanhauá, no Bairro do Varadouro, Centro Histórico da Cidade de João Pessoa.



Fig. 1: Localização da Comunidade Porto do Capim em relação à cidade de João Pessoa sobre mapa base Google. Fonte: Abrace o Porto do Capim, 2015.

Na sequência, a Figura 2 mostra as três comunidades principais que compõem a Comunidade Porto do Capim. São elas a Frei Vital, a Porto do Capim e a Villa Nassau, conforme indica a legenda da cartografia abaixo. Na mesma imagem, identificam-se, ainda, as duas áreas em estudo para realocação de parte da Comunidade Porto do Capim: os terrenos do antigo Curtume (transformado em ZEIS durante o processo de negociação) e da PROSERV (prédio e terreno abandonado/sem utilização pela concessionária de mesmo nome).



Fig. 2: Identificação das comunidades que compõem a área de estudo. Fonte: Acervo do Proext Abrace o Porto do C

A Comunidade Porto do Capim, por estar localizada na área central da cidade, próxima às estações ferroviária e rodoviária e ao terminal de integração intraurbano, tem, nessas estruturas, o apoio fundamental para a mobilidade dos seus moradores, embora as peculiaridades do espaço/lugar de moradia e vivência dessa comunidade sejam diversas e heterogêneas.

Quanto às políticas patrimoniais de intervenção na cidade de João Pessoa, destacam-se duas fases de atuação distintas que configuram diferentes formas de organização dos atores sociais envolvidos (SCOCUGLIA, 2004a). A primeira fase inicia-se em 1987, a partir do estabelecimento de um Convênio entre Brasil e Espanha de Cooperação Internacional, privilegiando a proteção de monumentos em situação de risco, a criação de normas restringindo usos, e contendo o processo de descaracterização dos imóveis, a elaboração de registros e de um inventário patrimonial. Essas ações geraram, desde então, conflitos entre gestores e comerciantes das áreas centrais da cidade. Nesse primeiro momento, foi instituída a figura do “Centro Histórico” de João Pessoa, definindo-se o primeiro perímetro de proteção e elaborado o “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”.

A segunda fase, a partir de 1998, foi marcada pela reinvenção da figura do “Centro Histórico” e pela participação da sociedade civil organizada em associações ligadas à educação, à cultura e à arte. Nesse contexto, foi elaborada a primeira revisão do “Projeto de Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa” (1998). Tal projeto efetuou, inicialmente, obras de revitalização da Praça Antenor Navarro e do Largo de São Frei Pedro Gonçalves, sem “descer a ladeira” para chegar ao Porto do Capim. Nesse contexto, além dos recursos envolvidos no convênio de cooperação internacional, os planos de revitalização contaram com o financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo (PRODETUR).

Desta forma, podemos observar que, desde a década de 1990, existem intervenções previstas para o Centro Histórico de João Pessoa e seu entorno, incluindo o Porto do Capim e seu núcleo de moradia de populações de baixa renda. Entretanto, a população da Comunidade foi invisibilizada nas ações e projetos dos poderes públicos instituídos, ou foi proposta sua remoção do trecho de interesses desses projetos, como pressuposto para a “revitalização” da área e inserção de João Pessoa no mercado de competitividade entre cidades. Tais ações configuraram um cenário de conflitos e resistências organizados da comunidade ribeirinha frente ao processo de gentrificação anunciado. Dentre diversos aspectos polêmicos do Projeto da PMJP de intervenção no Porto do Capim, destacamos a gentrificação, a turistificação, a banalização e a espetacularização expressas desde os pressupostos do referido projeto, centrado na previsão de remoção de uma comunidade ali residente há mais de cinquenta anos, para implantação de uma arena de eventos e um parque ecológico.

De fato, o Centro Histórico da Cidade de João Pessoa e, em especial, o entorno imediato da poligonal de tombamento do IPHAN (2007), referente ao antigo Porto do Capim e sua população (moradores, usuários, visitantes, trabalhadores), são expressões das novas formas de resistência e insurgência urbanas, nas quais as ações e conflitos recentes exigem o repensar sobre os fundamentos e métodos de projetar o urbano, considerando o campo do urbanismo como o de “um pensar de forma transversal”, “mais um campo de convergência de saberes do que um campo disciplinar”, aos moldes do que propõem Jacques e Pereira (2018, p. 11-12).

Neste sentido, a colaboração e a formação de “redes de indignação e esperança” (CASTELLS, 2013) entre instituições e indivíduos, nos processos decisórios públicos e na gestão de patrimônios históricos e culturais e das memórias, são parte da problemática mais ampla da (re)produção do espaço urbano na cidade contemporânea. Em João Pessoa, ações de resistência e formação de redes foram deslanchadas a partir de 2011 e acirradas em 2015, após a tentativa de implantação autoritária do “Projeto Novo Porto do Capim” como parte de um programa de intervenção no Centro Histórico da Cidade de João Pessoa¹, capitaneado pela Prefeitura Municipal com recursos aprovados pelo PAC-Cidades Históricas². Os processos colaborativos que culminaram na experiência do Proext Abrace o Porto envolveram ações partilhadas e transdisciplinares, questões metodológicas e a atuação da universidade fora de seus muros.

3 O Proext Abrace o Porto e as redes insurgentes na colaboração universidade-comunidade

O foco central é a problemática específica da colaboração entre diferentes atores e instituições pela participação nas decisões e projetos sobre a requalificação do Centro Histórico de João Pessoa e da Comunidade Porto do Capim³. Destacam-se as relações, contradições, tensões e conflitos presentes na dinâmica em curso que evidencia disputas por

diferentes usos do local e formas de apropriação dos espaços patrimonializados, nas negociações entre os agentes envolvidos no processo de gestão e organização do Centro Histórico e seu entorno, mais precisamente, no protagonismo que vem assumindo a participação da comunidade ribeirinha – alvo de ameaças de remoção para instalação de projeto turístico e parque ambiental.

Evidenciam-se, assim, os processos, as pesquisas e as parcerias universidade-comunidade atuais e anteriores ao Proext Abrace o Porto enquanto momentos de aproximação entre a comunidade acadêmica e os moradores do Porto do Capim. Abordam-se, também, seus desdobramentos na proposição e execução do programa de colaboração entre professores, na formação de uma rede transdisciplinar de conhecimentos, inclusa a comunidade e seus saberes, bem como apontam-se os resultados das ações articuladas no sentido de manutenção das moradias em condições adequadas, colaboração entre os diferentes atores envolvidos.

No histórico de parcerias entre universidade e comunidade, destacam-se as atividades realizadas a partir da Comissão Porto do Capim em Ação, em 2011, tendo como principal pilar os moradores da Comunidade Porto do Capim, articulados à Fundação Casa de Cultura Companhia da Terra, ao Programa de Extensão “Subindo a Ladeira” (também da Universidade Federal da Paraíba) e a diversos outros grupos insurgentes: Varadouro Cultural, João Pessoa Que Queremos, Amigos da Natureza, o movimento SOS Patrimônio Histórico, o Museu do Patrimônio Vivo, o Centro de Referências em Direitos Humanos da UFPB (CRDH/UFPB) e a ONG Porta do Sol, esta última localizada na própria comunidade e remanescente dos movimentos da década de 1990. Os moradores da Comunidade (no caso, moradoras), posteriormente, formaram a Associação de Mulheres, no final de 2013. Essas entidades foram paulatinamente ampliando a participação nos anos seguintes e, em 2015, essa rede passou a contar com o Proext/UFPB – Requalificação Urbana, Ambiental e Patrimonial do Porto do Capim, com financiamento e aval do Ministério da Educação/Sesu.

Um primeiro processo de resistência organizada às ações previstas pelo projeto da PMJP aconteceu com o evento #OcupePortoDoCapim⁴, em junho de 2013, que mobilizou a comunidade e os cidadãos pessoenses a resistirem à remoção. A universidade já atuava na área desde 2007, realizando pesquisas de iniciação científica, e grupos diversos atuavam por meio de atividades culturais e artísticas, bem como participando de grupos voltados à educação e à cultura, dando visibilidade e apoiando a causa da Comunidade (SCOCUGLIA, 2004b, 2010). Entretanto, esse protesto, em 2013, revestia-se de algo novo e inspirado por movimentos internacionais, a exemplo do *Occupy Wall Street* e *Ocupe Estelita*, que pareciam retomar a concepção lefebvriana de direito à cidade (Cf. LEFEBVRE, 1986 [1968], ampliando as ideias de participação ao reivindicarem o direito a fazer cidade e não apenas a usá-la, consumi-la ou dela apropriar-se; ocupar e apropriar-se de ruas e praças como partes do movimento de materialização/corporeidade da colaboração e partilha iniciada nas redes de insurgências digitais ou não.

Na sequência, serão discutidas brevemente as formas de articulação desses movimentos em rede⁵ que representaram estratégias do Proext Abrace o Porto (2015/2016) em atuação conjunta com a Comunidade Porto do Capim e outras redes coletivas e ações individuais sensíveis aos temas pautados nas reuniões, eventos culturais e demais espaços de debate e reflexão criados nessa experiência (quase todos eles realizados na própria Comunidade no intuito de ampliar a participação e facilitar a colaboração dos moradores e demais interessados). Na Figura 3, uma linha do tempo ajuda na visualização das ações específicas coordenadas pela parceria universidade-comunidade. Elas culminaram na suspensão do projeto de revitalização da PMJP para a área, da remoção da comunidade e na revisão do projeto de descaracterização da paisagem cultural urbana, bem como no empoderamento e reconhecimento da comunidade tradicional ribeirinha e, portanto, com direito constitucional de participação nos projetos e empreendimentos de impacto na área.

O ponto de maior conflito no projeto de revitalização da PMJP era, certamente, a previsão de retirada dos moradores da região do Porto do Capim. Isto não significa que outras estratégias e projeções para a área não tenham sido igualmente polêmicas, a exemplo das repercussões socioambientais da proposta de construção de um píer de concreto para atividades turísticas, de consumo e lazer sobre a vegetação de mangue e outros recursos naturais preservados.

Assim, a Comunidade Porto do Capim reagiu à remoção e lutou pelo direito de permanência na área, bem como pela participação no processo de gestão ambiental, cultural e patrimonial durante e depois da elaboração de planos, projetos e de sua implantação, com o apoio da rede fortalecida pelo Proext Abrace o Porto. Nesse processo, a comunidade tornou-se protagonista do processo de requalificação em curso, participando de debates, audiências, seminários, programas de rádio, fóruns os mais diversos, e desencadeou uma luta por reconhecimento, nos termos da concepção de Honneth, como sendo

[...] o processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento (HONNETH, 2003, p. 257 *apud* SOUTO, 2015, s.p.).

Reconhecimento enquanto comunidade ribeirinha com sua cultura, diversidade e espaço de representação posto que, como nos lembra Harvey (2014, p. 30), ao reivindicar o direito à cidade, os sujeitos estão, em última instância, reivindicando “algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas”.

Ao questionar o Projeto “Novo Porto do Capim”, a Comunidade Porto do Capim e demais membros da rede de resistência que se insurgiram contra esse Projeto passaram a reivindicar condições dignas de vida e de moradia, bem como o direito à cidade, questionando a condição de invisibilidade social de grupos estigmatizados, a produção do

espaço urbano e o próprio modelo de cidade que parece transformar a gentrificação em uma “estratégia urbana global”, nos termos de Smith (2006), amplamente incorporada ao cenário brasileiro contemporâneo.

De fato, a gentrificação, a produção de cenários espetaculares para turistas e a mercantilização de nossas cidades vêm encontrando insurgências e resistências em diversas áreas. Esses processos, em geral, não se dão de forma passiva como as imagens projetadas parecem indicar, e a indignação amplia-se gradativa e constantemente. Reafirmamos a urgência de ampliação dos estudos empíricos e uma mudança de atitude do pesquisador no sentido de buscar sair de sua zona de conforto, de se desterritorializar para conhecer os espaços cotidianos, os usos e apropriações e os movimentos de indignação e resistência.

4 As formas de atuação e de enfrentamento com os poderes públicos

O Proext Abrece o Porto estruturou-se como uma proposta a ser realizada em parceria com a comunidade, visando o fortalecimento das ações comunitárias na sua luta pelo direito de se manter na área que historicamente ocupa. Para atingir esse objetivo, e tendo em vista a complexidade e interdisciplinaridade da problemática, foram definidos cinco subprojetos: 1. Assistência Técnica para Melhoria da Habitação; 2. Assistência Jurídica; 3. Educação Patrimonial e Ensino de História; 4. Memória e Documentação; e 5. Requalificação Urbana e Ambiental. Todos são marcados por uma profunda inter-relação e complementação dos saberes formais e informais, voltados para auxiliar a compreensão da realidade em suas múltiplas facetas, além de promover o encaminhamento de soluções para cada um dos aspectos abordados. As atividades e temas privilegiados nesses subprojetos foram todos construídos em colaboração com a comunidade, por meio da realização de reuniões com pautas flexíveis, nas quais a comunidade se fazia representar. As mulheres da Associação de Mulheres do Porto do Capim foram mais ativas na participação e colaboração para realização das atividades, muito embora idosos, crianças, jovens, etc. tenham participado amplamente de palestras, debates, assembleias, eventos culturais, audiências públicas, uma vez que a grande maioria das atividades se realizará no próprio Porto do Capim.

Como primeiro passo metodológico, foram reunidas as iniciativas individuais e coletivas de pesquisa e extensão universitária desenvolvidas por docentes e discentes da Universidade Federal da Paraíba junto à Comunidade do Porto do Capim ao longo dos anos. Essas ações mostraram como foram sendo agregados interesses específicos de outras áreas do conhecimento, a partir das demandas comunitárias, implicando em um compartilhamento de saberes entre a comunidade e a universidade.

Buscou-se também obter o apoio de várias instituições e laboratórios internos e externos à universidade, que contribuíram com ações e informações para subsidiar o desenvolvimento dos projetos, tais como a capacitação da equipe de extensionistas e a disponibilização de dados estatísticos e técnicos sobre a área em questão. Dentre as instituições, podemos destacar: a Universidade Federal da Bahia, por meio de docentes do curso de Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia – AU+E/UFBA; o Escritório Modelo dos Estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB – TRAMA; o Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade – ICMBIO; entre outros.

Oficialmente, foram iniciadas as atividades do Proext Abrece o Porto em março de 2015, com um seminário integrador dos diversos participantes, inclusive a comunidade, os pesquisadores e estudantes interessados, e os órgãos públicos envolvidos no projeto, capitaneado pela PMJP. A ideia era abrir um diálogo para fomentar as negociações e abrir novos caminhos. Desse evento, resultou um manifesto em defesa da permanência da comunidade Porto do Capim no território de moradia, assinado pela equipe do Proext e divulgado em maio de 2015. Nesse manifesto, professores e estudantes, moradores do Porto e membros de entidades culturais atuantes na área, que passaram a colaborar com a equipe do PROEXT 2015-2016/UFPB, foram a público declarar seu interesse em mediar as partes em causa e articular um diálogo que conduzisse à construção participativa de um projeto mais justo e que respeitasse os direitos humanos dos moradores da Comunidade do Porto do Capim.

Por um lado, as ações se intensificaram junto à comunidade. Um pequeno escritório foi montado pela equipe de extensionistas em espaço cedido pela Igreja na rua principal da Comunidade. Foi realizado um mutirão para limpeza e organização do espaço cedido onde passamos, junto com os membros do Centro de Referência dos Direitos Humanos – CRDH-UFPB e da Procuradoria Geral dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal – MPF, a promover reuniões amplas para abertura do diálogo com a Prefeitura Municipal e seus órgãos de planejamento, bem como realizar oficinas sobre temas relativos à educação patrimonial, ambiental, leitura conjunta das propostas de projeto para a área. Posteriormente, procedeu-se à aplicação do “Mutirão de levantamento” e dos “Mapas de desejos”, quando a colaboração dos moradores foi crucial na atualização e precisão do levantamento físico (condições das moradias e dos espaços públicos) e populacional (famílias, número de moradores, gênero, idade etc.) e as cartografias que constituíram os “Mapas de desejos”. Foram realizadas diversas reuniões e oficinas com a associação comunitária, encontros lúdicos, quando foram trabalhados assuntos relativos aos territórios da comunidade e do meio ambiente, defesa dos direitos coletivos dos moradores, valores patrimoniais etc. Houve diversos embates e conflitos explicitados, sejam aqueles internos à comunidade, sejam aqueles relativos aos embates com o Projeto da PMJP.

Por outro lado, a Prefeitura foi convidada, em diversos momentos, a apresentar e discutir o Projeto de Revitalização do Porto do Capim em audiência pública convocada pelo MPF. Passamos a pontuar, ainda na primeira reunião, diversas lacunas e imprecisões no projeto (meras imagens em 3D, *sketches*, sem memorial descritivo, orçamentos ou projetos executivos), e nas justificativas para as ações planejadas e para as soluções projetuais apresentadas.

Interessava-nos abrir a caixa preta do projeto para que os moradores compreendessem as propostas que os envolviam diretamente. Após inúmeras discussões, conseguimos alavancar uma pauta, indicando a possibilidade de inserção de projetos alternativos ao da PMJP, a serem realizados no âmbito do corpo docente e discente do Proext Abrece o Porto junto com a Comunidade e a PMJP. O procedimento buscava aplicar a Lei 11.888/2008, conhecida como a Lei da

Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita com relação ao projeto e à construção de habitação de interesse social.

Em paralelo, iniciaram-se as análises técnicas que subsidiariam a proposição alternativa de requalificação do Porto do Capim a ser discutida em audiências com a comunidade, a PMJP e o Ministério Público, e os trabalhos, junto com a comunidade, via ferramentas de coleta e sistematização de informações pré-projetuais nomeadas de “Mutirão de Levantamento” e “Mapas dos Desejos”. Consistiram em um plano de levantamento e atualização de dados sobre as moradias, seus moradores e a relação destes com o rio e com a cidade. Foram formadas equipes de estudantes coordenadas por professores e definidos questionários e roteiros de levantamento socioespacial junto à Comunidade Porto do Capim. O Mutirão contou com a ajuda dos moradores da comunidade, inclusive, facilitando o acesso dos pesquisadores às áreas de difícil acesso e precárias adentrando becos, pátios, antigos galpões e edifícios históricos ocupados, a exemplo da Fábrica de Gelo e do Antigo Curtume, dos prédios da Alfândega e do Tesouro Provincial. Certo número deles era considerado como espaços críticos em termos da habitabilidade, a exigir, em certos casos, a realocação de moradias etc. Em quinze dias, foram atualizados todos os dados sobre população, moradia e espaços públicos levantados e cartografados.

Com base nessas ferramentas metodológicas e na ideia de projeto participativo dentro da concepção de urbanismo como convergência de saberes, foram igualmente atualizados o mapeamento dos espaços urbanos, edificações públicas e moradias do Porto do Capim por meio da observação de campo, registro fotográfico e elaboração de cartografias. Esse trabalho foi importante, primeiro porque havia sido identificadas incompatibilidades nos pressupostos da PMJP, e dados conflituosos entre as informações coletadas por este órgão e as pesquisas realizadas no âmbito da universidade e do IPHAN-PB (em dois documentos oficiais do órgão: Memórias Ribeirinhas e Dossiê Porto do Capim). Segundo, porque era fundamental identificar os desejos e necessidades da comunidade e realizar, de fato, um trabalho em “colaboração”. Informações atualizadas e cartografadas pela própria comunidade e pela equipe da universidade eram necessárias para a continuação do diálogo com a PMJP e para a proposição de alterações nos projetos de arquitetura e urbanismo.

Entre continuidades e descontinuidades, tivemos que elaborar diversos documentos, inclusive em resposta ao IPHAN-PB, que foi capitaneado e convocado pela PMJP para defender o projeto oficial e justificar a necessidade de remoção da comunidade ribeirinha sob o argumento de se tratar de uma área de entorno ao perímetro de tombamento federal para contemplação turística. Em outro momento de embates, no qual se procurou sensibilizar a então direção do IPHAN-PB, surpreendentemente alinhada com a proposta da PMJP, foram programadas visitas à área com seus representantes, com a participação da PMJP, do Patrimônio da União, IPHAN, UFPB, Comunidade e Ministério Público Federal. Essas visitas culminaram em intensos debates ali mesmo nos quintais da Comunidade, nos seus becos e vielas. Juntos, discutia-se o projeto em escala real 1:1. Pressionados, os órgãos públicos, mais especificamente a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – PB, passaram a emitir pareceres técnicos, procurando demonstrar a viabilidade da proposta da PMJP e a inviabilidade técnica e jurídica de manutenção na Comunidade.

Houve intensos debates, por exemplo, quanto ao tratamento a ser dado à área de entorno ao perímetro de tombamento do IPHAN, na qual o Porto do Capim está inserido. O IPHAN-PB, por meio do IT 045-2016-DIVITC/IPHAN/PB, pautou o documento em questões cênicas e estéticas, separando natureza e cultura e entrando em conflito com parte das recomendações dos órgãos patrimoniais nacionais e internacionais. O IPHAN-PB reafirmou seus argumentos técnicos contraditórios no IT 0009/2016-DT/IPHAN/PB sobre a existência de indícios arqueológicos na área do Porto do Capim como suporte extra para as restrições à manutenção de parte das moradias da Comunidade. Cada um dos argumentos utilizados nesses documentos foi rebatido em documento realizado pela equipe Proext e discutido em audiência pública. Recordamos os avanços legais e normativos, tanto nas recomendações nacionais e internacionais, como nas cartas patrimoniais e, igualmente, na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade de 2001, seja ampliando a concepção de monumentos para bens culturais e patrimônios culturais, assim como as dimensões múltiplas das paisagens culturais urbanas em respeito às temporalidades e às formas diversas de usos, apropriação e ocupação dos espaços. Neste sentido, a memória dos antigos moradores e as práticas culturais ribeirinhas, suas formas de ocupação dos espaços, lendas, histórias e canções passaram a ser evocados como elementos de conservação da paisagem urbana.

A argumentação do IPHAN nesses documentos e nas reuniões organizadas/intermediadas pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão/MPF/PRP desconsiderava não apenas os dois estudos anteriores realizados pelo próprio IPHAN, mas também uma dissertação de mestrado defendida e aprovada no âmbito do Mestrado Profissional mantido também pelo IPHAN. Estes três documentos eram conclusivos quanto aos aspectos socioculturais da tradicionalidade ribeirinha dessa população, e quanto às recomendações efetivas de manutenção da comunidade com sua tradicionalidade e de sua integração ao projeto de requalificação urbana. Desconsiderou, igualmente, o Parecer Técnico Antropológico 03/2015, elaborado por determinação do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, que foi conclusivo em afirmar que as comunidades que vivem na área há cerca de setenta anos caracterizam-se como Comunidades tradicionais e ribeirinhas. Desconsiderou, igualmente, a Constituição (1988) e o Estatuto da Cidade (2001).

Diante das informações levantadas nas pesquisas de campo e nas análises técnicas, foi elaborada uma síntese com as questões essenciais à abertura de diálogo, com vista à elaboração de uma “Carta de Consensos”, a ser firmada entre poder público e Comunidade Porto do Capim. Os pontos principais foram: o reconhecimento da tradicionalidade da comunidade; o reconhecimento da Associação de Mulheres do Porto do Capim como representação da Comunidade em todos os processos de discussão em todas as instâncias governamentais; a aplicação dos instrumentos de regularização fundiária em áreas consolidadas para garantia da permanência no local (dentro e fora da Área de Preservação Permanente – APP), segundo a metodologia e a proposta presentes no “Mutirão de Levantamento” e no “Mapa de Desejos”; o reconhecimento do direito à moradia adequada, vinculado à não remoção forçada; a garantia da posse e o respeito ao princípio do menor impacto possível; a adequação de qualquer projeto de intervenção na área com a participação da Comunidade, a fim de viabilizar a legitimação e legalidade dos atos administrativos decorrentes;

conforme a proposta prevista no “Mapa dos desejos”, aprovar a lista de prioridades e preferência de equipamentos comunitários e sua localização como parte da contrapartida do poder público no âmbito das medidas compensatórias relacionadas aos impactos de qualquer intervenção na área; construir uma agenda permanente para reorientação dos projetos existentes, evitando o retrocesso em matéria dos direitos humanos, garantindo o direito à informação e o estabelecimento de um grupo de trabalho para acompanhamento/monitoramento/avaliação permanente dos Projetos.

A partir da formação dos grupos de trabalho, teve início uma outra fase de atividades voltadas para a elaboração do que foi chamado de “Mosaico de Soluções”, correspondendo a um conjunto de correlatos e soluções pertinentes já testadas em outras comunidades e/ou em projetos divulgados em periódicos e revistas nacionais e internacionais. Essas ideias foram apresentadas e discutidas em reuniões na Comunidade, quando cada grupo de trabalho apresentou suas sugestões, em conjunto com os diversos participantes, debatendo desde as questões projetuais mais simples às mais complexas. Para facilitar essa participação e trabalho conjunto de relacionar os resultados dos mapas de desejos com soluções estéticas e ambientalmente confortáveis aos moradores e usuários, foram utilizados recursos imagéticos, cartográficos, oficinas e discussões recorrentes entre técnicos, acadêmicos e comunidade.

Abaixo, nas Figuras 3 e 4, estão registradas partes significativas das ações realizadas nos dois anos de atuação do projeto de extensão, 2015-2016. São linhas do tempo referentes às atividades universidade-comunidade diante da impossibilidade de relatar, neste artigo, a amplitude e repercussão das ações nesses dois anos de trabalho de urbanismo de muitas mãos e de soluções que se originam do campo, do debate, da observação e preservação de direitos.

programa de extensão requalificação urbana, ambiental e patrimonial do porto do capim em João Pessoa . paraíba



Fig. 3: Linha do tempo 2015 identificando as ações desenvolvidas pela universidade-comunidade no âmbito do Proext Abr. Acervo do Proext Porto do Capim, 2016.

programa de extensão requalificação urbana, ambiental e patrimonial do porto do capim em João Pessoa . paraíba



Fig. 4: Linha do tempo 2016 identificando as ações desenvolvidas pela universidade-comunidade no âmbito do Proext Abr. Acervo do Proext Porto do Capim, 2016.

A conclusão do programa de extensão, previsto para dois anos, exigia não apenas a realização de um pacto entre as partes envolvidas, materializado na Carta de Consensos, estabelecido entre os poderes públicos e representantes do ministério público, da universidade e da comunidade, com as concessões de ambas as partes e as decisões pactuadas, como também a celebração e a ampliação da visibilidade dessa experiência, seus avanços no campo metodológico

participativo e político participativo. Foi, então, decidido de forma conjunta entre os membros da rede, que o Porto do Capim e o Bairro do Varadouro abrigariam o V Seminário Internacional Urbicentros – Centralidades Periféricas, Periferias Centrais (2016) e que as oficinas, mesas redondas e palestras aconteceriam nos imóveis inseridos na Comunidade e seu entorno, dentre eles a Igreja de São Frei Pedro Pescador (no Largo de mesmo nome), o Antigo Hotel Globo e a atual sede do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-PB, bem como sobrados restaurados que abrigam restaurantes, bares e casas de eventos.

Porém, o que motivou a realização do evento na Comunidade e suas imediações não foi apenas a celebração dos avanços alcançados no processo, mas o desejo de se ampliar o alcance dos debates e as possibilidades de replicação futura e de trocas entre diferentes redes, coletivos e equipes de pesquisa em cidades do mundo. A representante da Associação de Mulheres do Porto do Capim participou de mesas redondas, palestras, com voz ativa. Na palestra final de encerramento do V Urbicentros, tal representante recebeu, das mãos da palestrante, Raquel Rolnik, e da coordenação do Proext Porto do Capim, o material produzido em colaboração com a Comunidade e os avanços pactuados na Carta de Consensos, em especial, os estudos e as diretrizes projetuais elaboradas a partir do mapeamento realizado e dos cenários de desejos dos moradores incorporados às propostas de projetos urbanístico e arquitetônico, com recomendações para cada área, correlatos.

5 Considerações finais

Percebe-se que a pesquisa conduziu o processo à caracterização das moradias existentes e às possibilidades concretas de sua melhoria em harmonia com o meio ambiente e o patrimônio cultural. Os trabalhos de acompanhamento das propostas de intervenção para a área continuam, com participação das associações comunitárias e por meio da institucionalização da Lei 11.888/2008 de Assistência Técnica à Moradia de Interesse Social e criação na UFPB do Curso de Especialização em Assistência Técnica, representando um dos resultados a mais desta experiência de colaboração em defesa do direito à cidade.

Neste sentido, para além dos objetivos programados, essa experiência permitiu novas formas de aproximação e de colaboração entre os diversos atores envolvidos no projeto urbanístico. Possibilitou, também, a prospecção de uma renovação epistêmica e metodológica no campo da arquitetura e do urbanismo, com trocas de saberes e experiências, inserção das práticas urbanas cotidianas nas decisões projetuais, articulando, assim, arquitetura e política, nos termos de Montaner e Muxí (2014), e o papel dos arquitetos e urbanistas em relação à sociedade contemporânea.

Referências

AGAMBEN, G. **Profanaciones**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2009.

BRASIL. Lei No 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. 1ª edição 1969.

GONÇALVES, H. T. **O Porto e a Casa: Dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB)**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

JACQUES, P.; PEREIRA, M. **Nebulosas do pensamento urbanístico**. Salvador: EDUFBA, 2018.

LEFEBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Editions Anthropos, 1986. 1ª edição: 1968.

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

MONTANER, J.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Revitalização urbana e (re)invenção do Centro Histórico da cidade de João Pessoa (1987-2002)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004a.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Cidadania e patrimônio cultural: Oficina-escola, Projeto Folia- cidadã e Acervo no centro histórico de João Pessoa**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004b.

SCOCUGLIA, J. B. C. **Imagens da cidade:** patrimonialização, cenários e práticas sociais. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

SMITH, N. **A gentrificação generalizada:** de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. São Paulo: Annablume, 2006.

SOUTO, E. S. **“Aqui tem gente!”:** as mulheres em ação do Porto do Capim. 2015. 220 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

1 O Centro Histórico de João Pessoa foi tombado em nível federal em 2007.

2 O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar nossa cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos.

3 A Comunidade do Porto do Capim é formada pelas comunidades: Porto do Capim, Vila Nassau, Trapiche, Frei Vidal e pela mais recente ocupação denominada Curtume.

4 O #OcupePortodoCapim inspirou-se no “Occupy Wall Street” – um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011 em Nova York, depois em Los Angeles, Oakland, Chicago, expandiu-se para várias outras cidades ao redor do mundo. Desse movimento original, surgiram o Ocupe Estelita, em Recife, e outros “ocupes” em vários lugares do Brasil e do mundo.

5 Sobre o conceito de rede, Scherer-Warren (*apud* SOUTO, 2015, s.p.) afirma: a “ideia de rede de movimento social é um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”. Neste caminho, Castells (2013) propõe abarcar em seus estudos os diferentes níveis de experiências das pessoas e das organizações coletivas.